

Beckham *versus* V. I. Lenine

Rui Bebiano

Publicado na *Via Latina*. Série VI, no. 1, Coimbra, 2004, pp. 18-26

1

A globalização, “conceito mágico do nosso tempo” tal como foi chamada pelo espanhol Juan Mayorga, define a sua trajectória através do complexo de representações que vai sucessivamente criando, integrando, acumulando. Um efeito de harmónio – movimento constante de alargamento espacial e de contracção comunicacional – produz a consciência de pertença a um universo, cada vez mais amplo mas também mais próximo, dentro do qual formas de pensar, ver e experimentar o quotidiano se transformam em peças claramente visíveis. Daqui a importância de um uso operativo do conceito de imaginário, entendido como “produto do espírito” (Boia, 1998), enquanto combinação mutante de factos identificáveis e das suas representações figurativas e conceptuais transfiguradas em arquétipos. É nesta dimensão que se afirma e radicaliza a mudança, a novidade e o acréscimo de significado em relação aquele que fora esse universo decomposto, segmentado em unidades autónomas, que o alargamento do mundo tem confinado a áreas cada vez mais recônditas ou a espaços semi-encobertos da memória. Observamos esta metamorfose de diversas maneiras.

A primeira leva-nos a olhar a expansão daquilo a que Walter Benjamin chamava “o semelhante no mundo” (Benjamin, 1991). Para onde quer que nos voltemos, em qualquer dos lugares que pontuam os nossos percursos, deparamos com módulos comuns de modernidade, estilos de vida que se aproximam uns dos outros, refúgios, derivas e adversidades cada vez mais idênticos. As divisões envidraçadas dos aeroportos, os centros urbanos com as suas megalojas e imensos prédios de serviços, os diferentes padrões do *look* pessoal, a sinalética utilizada no quotidiano da comunicação, a música que se ouve ou a comida que se mastiga, desenvolvem e intensificam um “estilo internacional” comum, sobredeterminado por práticas consumistas que, a partir dos finais da década de 1950, passaram a cruzar ou a anular as fronteiras. Esta dimensão do imaginário, que dificulta a surpresa ao criar um ininterrupto *déjà vu*, é ampliada pela viagem, de trabalho ou de turismo, dirigida a um número crescente e cada vez mais partilhado de “lugares familiares”, que se tornam semelhantes ao integrarem as marcas de uma identidade partilhada e que produzem uma sensação de imediato reconhecimento confinada outrora ao rincão original, fosse ele o chafariz da aldeia ou a cidade encerrada nas suas muralhas políticas. Podemos entrar num restaurante de comida rápida de uma ruela de Cracóvia com o mesmo à-vontade com o qual nos deslocamos na cozinha da nossa própria casa, ou aparentar alguma desatenção quando nos sentamos nas bancadas do estádio dentro do qual decorre um jogo de futebol de repercussão

mundial.

Desenvolve-se aqui uma ideia de uniformização do mundo que deve ser levada a sério e não desacreditada, sob o pretexto de que ela se relaciona apenas com fenómenos epidérmicos e fugazes. Afinal, é próprio do funcionamento do imaginário a não discriminação, ou a fusão, dos elementos que mais rapidamente identificamos como “reais e profundos” com aqueles que, num primeiro olhar, dão a impressão de serem “aparentes e superficiais”. Combinam-se desta forma ideias e crenças dotadas de um longo curso com outras, mais próximas, perceptíveis apenas na curta duração. A filosofia e a moda, como a fé e o desejo, ganham aqui um estatuto de paridade.

A segunda área de observação conduz-nos até uma vida quotidiana povoada de *happenings*, multiplicados numa escala intercontinental. Somos embebidos em imagens de acontecimentos, múltiplos factos de dimensão global e indiferenciada, incluindo acidentes terríveis, inundações e terremotos devastadores, incêndios de dimensões espectaculares, greves e manifestações de variável amplitude, casamentos de príncipes e princesas, eventos desportivos que transcendem todas as fronteiras. A globalização cria assim aquilo a que Martin Buber chamava a “comunidade espontânea”: esta não implica a existência necessária de um sistema social estável ou de um programa político capaz de o gerir (Turner, 1995). Afinal, dispomos agora de um número de instrumentos razoavelmente fiáveis que nos deixam comparar-nos uns aos outros, medindo-nos “a olho”, observando sem constrangimentos aquilo que se passa no quintal do vizinho pois todos passámos a viver ao lado uns dos outros. O discurso do nacional, ainda espacialmente delimitado e temporalmente orientado, é agora substituído por uma fala sem orla geográfica ou horizonte temporal, tendo os novos e os novíssimos instrumentos de comunicação social contribuído decisivamente para a superação da antiga diversidade babélica.

Serão estes meios a possibilitar uma terceira zona panorâmica na construção deste imaginário, reproduzindo uma certa “globalização dos afectos”. Podemos associá-la ao facto de um cada vez maior volume dos acontecimentos mundiais ser representado sob a forma de emoção. Na maioria dos casos, esta converte-se em ferramenta que facilita a comunicação intercultural. A globalização desenvolve, desta maneira, uma vivência colectiva de ordem emotiva, exprimindo uma “sentimentalização” da sociedade que se ergue sobre os escombros, ainda fumegantes, do político (Anderson e Mullen, 1998). A sucessão de eventos que se sucederam à morte de Diana de Gales desenhou uma expressiva ilustração deste processo, tal como aconteceu com as ondas de choque do 11 de Setembro, com o movimento em redor do retorno a Cuba do “pequeno Elián”, com a experiência dramática de Ismail, a criança iraquiana com os dois braços e toda a família despedaçados pelas bombas.

A quarta área de observação desenvolve-se no território do mercado, ao qual é habitualmente associada a própria ideia de globalização. No centro do imaginário construído em seu redor

ergue-se o princípio de acordo com o qual tudo se pode comprar e tudo pode ser vendido, uma vez que as formas de troca que o poderiam contrariar são apresentadas como detritos do passado prontos a serem triturados. Ao ponto de até organizações sem fins lucrativos falarem continuamente de “nichos de mercado”, de “públicos-alvo”, ou dos jogos “da oferta e da procura”. O imaginário do mercado não se cinge, porém, apenas a esta analogia de natureza comercial, integrando também a defesa da livre escolha. Esta determina uma capacidade de opção assente nas preferências pessoais, transformando a sociedade num imenso *suk* com um horário 24/7. Nestas condições, a fidelidade em relação a um qualquer projecto apenas faz sentido na sua ligação com o grau de satisfação pessoal que este seja capaz de oferecer, recusando-se qualquer forma de mediação que tenha como consequência retardar o exercício imediato do instante individual de prazer. Define-se por este modo uma recusa sistemática da crítica enquanto instância mediadora que protela o momento do consumo ou relativiza o seu alcance. Ela introduz uma perturbante síndrome de privação que deve a todo o custo ser afastada.

Benjamin viu na reprodução mecânica da obra de arte um instrumento da perda da sua “aura”, de descaminho da capacidade que ela detém para produzir uma emanção única e subtil, sensível e ao mesmo tempo material (Benjamin, 1969). O imaginário do consumo, associado ao desaparecimento da consideração de um “fim último”, reforçou ainda a aspiração a um acesso rápido e directo, cada vez menos depurado pela agudeza da sensibilidade individual, ao produto ou à notícia. Neste campo, o magnetismo que as novas tecnologias da informação têm vindo a exercer sobre certas correntes ultraliberais, ou mesmo conservadoras, não é fortuito, na medida em que, no formato gradualmente afirmado como dominante, parece inspirar-se num ideal de comunicação assente no desaparecimento da interposição do social e de todo o aparato argumentativo, na resposta individual e directa: o “sim” ou “não” dos inquiridos, a simplicidade extrema das frases curtas, o clique à distância do rato nos formulários. Este desaparecimento tem sido politicamente instrumentalizado, passando o actual momento de explosão comunicacional por uma insistência no esvaziamento, rápido ou gradual, da intervenção do Estado neste domínio. O demissionismo evidenciado pela generalidade da esquerda no campo da informação em linha tem sido, aliás, cúmplice cego desta orientação.

Existe ainda um último ângulo de visão deste imaginário mundializado, que pertence ao domínio do discurso. A globalização constitui um espaço no interior do qual nascem e se desenvolvem conceitos, palavras de ordem, prioridades, agendas públicas reputadas como “urgentes” ou legitimadas pelas mais diversas vias. A imensa roda, em constante movimento, dos eventos mundiais destinados a promover a acção e das conferências internacionais temáticas, tal como a crescente densidade das redes de comunicação e de solidariedade mundiais, estruturam e preservam discursos que foram, até uma época muito recente, produtos

de autores locais ou parte integrante de momentos históricos muito precisos. O tempo mundial adquire aqui, pelo eco da sua produção discursiva, um carácter normativo, definindo temas – como governabilidade, transparência, justiça, democracia ou cultura – progressivamente despojados de uma dimensão situada e aparentemente aplicáveis a todos os lugares.

É verdade que estas diferentes perspectivas não possuem a mesma intensidade ou a mesma ressonância em todos os pontos do planeta. Além disso, muitas delas não se encontram ligadas de forma directa ao processo de integração mundial, parecendo situar-se antes em áreas de escape localizadas em espaços periféricos, ínsuas menos afectadas pela dimensão compulsiva dos mercados ou pela poderosa influência dos meios de comunicação social. Mas também aqui se faz sentir a intervenção dinâmica do imaginário da globalização, uma vez que este requer menos a vivência dos seus elementos parciais do que do seu encadeamento e tratamento dentro do império comunicacional, ao qual já nada escapa.

2

A produção do imaginário mundial revela-o heterogéneo, parecendo atravessado por um dinamismo que dá lugar ao aparecimento de elementos concorrentes, definindo um duplo processo em condições de insistir na dissolução das fronteiras, mas sustentando ao mesmo tempo um efeito de diferenciação.

Um imaginário de dissolução define assim a própria globalização, na medida em que tende a minimizar ou mesmo a recusar toda a ideia de exterioridade, de fronteira ou de diferença. Aproveita-se da finitude de um mundo gradualmente desprovido de barreiras para o pensar enquanto território de caça do ser humano global. No seu coração encontra-se a supressão gradual das fronteiras mercantis, cada vez menos desejadas, cada vez menos pertinentes, considerando-se de forma crescente que a ideia de um espaço económico nacional tende a perder sentido. Ao apagamento dessas fronteiras somar-se-á de seguida a anulação das barreiras humanas e políticas, bastante ampliada pela multiplicação das convenções internacionais e também pela explosão da Internet. Aqui também, a dimensão imaginária torna-se central, uma vez que conduz à negação do valor outrora atribuído ao facto nacional, crescentemente banido ou relegado para a categoria de “sobrevivência” e de “reflexo”. Evocando-a, têm emergido sectores que contestam objectivamente a ideia de nação, partidários fervorosos de uma globalização da cidadania oposta não apenas ao nacionalismo enquanto ideologia, mas também à própria identificação da nação com a comunidade inevitavelmente restrita de cidadãos. O apelo à regularização total e incondicional dos imigrantes não documentados, por exemplo, tem vindo a inscrever-se nesta perspectiva, parecendo ser mais uma herança do ideal cosmopolita de uma sociedade “sem estrangeiros”, ou de uma nova solidariedade global, do que da tradição internacionalista que foi bandeira dos movimentos sociais anteriores à Segunda Grande Guerra

e das correntes de esquerda de inspiração marxista e anarquista.

Num outro registo, detectam-se discursos em favor de uma “cidadania global”, naquilo que diz respeito aos apelos em favor de uma democracia participativa à escala planetária, os quais em alguns casos tendem a minorizar, quando não a negar liminarmente, o papel desempenhado dentro do espaço nacional pelas formas de democracia representativa. Este esforço é justificado, por parte daqueles que o propõem, pela globalização dos problemas, pela aproximação das causas e pela incontestável artificialidade das fronteiras, que num certo número de casos – como no que diz respeito às questões do ambiente (formas de poluição, alterações ao nível do clima, preservação da vida de animais em vias de extinção, entre outras) e também às políticas de saúde – se mostra mesmo prejudicial. Esta atitude tende não apenas a negar à nação o papel de comunidade política primordial, mas a igualmente a modificar o sentido da democracia, que, no limite, deixaria de se fundar no consentimento validado pelas eleições e pela representação, para assentar numa participação apoiada em objectivos pontuais, dotados de uma natureza muito imediata e inscritos numa agenda preenchida à vista (Held, 1995).

Ainda que este imaginário integrador da dissipação das fronteiras se apoie poderosamente no movimento de globalização ocorrido na arena do económico e do político, ele não pode, todavia, ser compreendido apenas pela referência a uma internacionalização dos negócios e dos capitais, ao cruzamento das culturas, à mestiçagem étnica e à interdependência das sociedades humanas. Tem uma parte de si ligada igualmente aos processos de dessacralização ou de negação dos símbolos que conduzem, em nome da livre escolha individual, a tentativas de oposição a todas as convenções e a todas as instituições que a possam entravar. Mesmo quando estas derivam directamente da organização actual da democracia representativa, ou fazem parte da sua essência política.

O movimento *New Age*, por exemplo, situado algures na encruzilhada da religião com a terapia, tem desenvolvido uma mensagem fundada na ideia de extinção de todas as formas de alteridade que integra esta tendência. Aqui, o corpo e a alma, o feminino e o masculino, o humano e o divino, a terra e o cosmos, a transcendência e a imanência, a religião e a ciência, as religiões entre si, deverão confundir-se, sendo ilusória toda a separação, uma vez que algum dia tudo acabará por se ver combinado (Lacroix, 1996). Aliás, este imaginário articula-se particularmente bem com as incidências da globalização, dado o homem e a mulher da *New Age* procurarem despojar-se das fronteiras, deslocando-se, entre os lugares sagrados de todos os continentes, nas rotas de peregrinação que promovem o desenraizamento e a interculturalidade como veículos libertadores. A diferenciação não é somente negada, mas combatida, pois é parente das formas de discriminação e dos processos de escravização do indivíduo.

Muitas das organizações e movimentos ecologistas partilham, aliás, desta perspectiva. É assim

em nome do princípio de negação da alteridade que alguns dos sectores situados neste campo passam com alguma facilidade de uma defesa apaixonada da vida animal contra as predações humanas para a recusa categórica, por vezes absolutamente intolerante, em relação à aceitação da centralidade humana diante das restantes espécies. Outros vão ainda mais longe, insistindo na ingénua radicalidade de um acelerado retorno à vida simples desse “estado de natureza” que, em alguns momentos, acaba por fazê-los aproximarem-se de práticas autoritárias que surgem associadas a movimentos de forte pendor tradicionalista ou mesmo a correntes de uma índole eco-fascista, tal como foi apontado por Steve Chase (Chase, 2003).

Este imaginário da dissolução não existe, porém, sem o seu contrário, que procura enfatizar os elementos de diferenciação que permanecem activos. Ele integra todas as representações que, em nome da tradição e contra a globalização, insistem na defesa ou na refundação das diferenças centradas na etnia, na crença, na nação ou na prática de determinadas tradições. De um ponto de vista prático, traduz-se num apelo, marcado muitas vezes pela hibridez, ao proteccionismo económico, ao controlo dos fluxos migratórios, a toda a resistência a uma qualquer valorização da fusão religiosa ou étnica, ao retorno a práticas culturais que o tempo parecia haver apagado já.

Tem sido esta a estratégia central aplicada nos últimos anos pelos partidos e organizações de uma extrema-direita que se assume como tal, ou então, como acontece no caso português, que pactua com o discurso democrático ao mesmo tempo que o procura esvaziar. O seu combate é o da resistência à afirmação de um imaginário globalizado, uma vez que este relativiza o alcance dos pequenos poderes locais e regionais, desnudando as formas de segregação e de opressão que estes continuam ainda em condições de impor.

3

Porém, entre estas duas formas de imaginário e o campo do político balizado pelas clivagens e pelas categorias tradicionais não existe nem uma sobreposição perfeita nem a total impermeabilidade. Não se ignoram, pois num universo que gira à volta dos fluxos de informação tal já não seria mais possível, mas dificilmente se compreendem, ainda que, por vezes, se confrontem recorrendo a teses e a conceitos operativos retirados do campo oposto. Entre eles existe incompreensão, mas também uma intercomunicação filtrada, lenta, gradual. Noutros termos, a influência dos imaginários da globalização sobre o campo político tradicional e as “correntes de pensamento” que classicamente o definem é indirecta, parcial, contraditória, mas também absolutamente estruturante, produzindo esta situação contraditória factores importantes de renovação e de mudança.

Por sua vez, entre eles e os campos políticos, herdeiros das velhas famílias ideológicas situadas

“à esquerda” e “à direita”, com os quais somos ainda confrontados, não existe uma completa correspondência, uma vez que os fundamentos filosóficos e étnicos que se encontram no coração de cada um desses campos são heterogêneos e os próprios programas políticos revelam um surpreendente capacidade de adaptação aos novos desejos e às novas linguagens.

Os adeptos de um certo proteccionismo económico ou cultural podem, assim, ser ao mesmo tempo bravos partidários da regularização da situação dos *sans-papiers*, enquanto os defensores do mercado livre são capazes de aceitar uma regulamentação bastante rígida dos fluxos migratórios. Os primeiros inspiram-se numa ética humanista para recusarem o primado da ética mercantil, enquanto os outros consideram que o desaparecimento das fronteiras mercantis não implica o apagamento das fronteiras humanas. Uns e outros apoiam-se em imaginários contraditórios para efectuarem as suas escolhas políticas, as quais, apesar disso, parecem coerentes. Nesta perspectiva, o actor político inclinar-se-á a reduzir cada vez mais a diferença entre o imaginário no qual se inscrevem as suas convicções e as escolhas programáticas que faz. Um militante de extrema-direita, como o austríaco Joerg Haider, pode desta maneira encontrar um traço de coerência entre a referência a uma condição europeia e as escolhas militantes que ao mesmo tempo a negam. Jean-Marie Le Pen e Gianfranco Fini tentam fazê-lo também. Simetricamente, alguma esquerda tem procurado articular a defesa da circulação dos imigrantes ilegais com uma crítica do “sem-fronteirismo” neoliberal que tem captado essas pessoas e as tem transformado em mercadorias.

Em ambos os casos, é a mobilidade do imaginário a estimular directamente a tomada de posição. Aqui, a congruência entre os elementos que o compõem e as escolhas políticas jamais pode ser completa. É perfeitamente possível afirmar-se o apoio a causas ecologistas e ser-se favorável ao reforço da identidade e da integridade nacional, recusar-se toda a supremacia do homem em relação à natureza e situar-se na mais extrema direita. Esta incongruência é, assim, tanto mais forte quanto os fundamentos éticos e filosóficos sobre os quais repousam as referências a um mesmo imaginário podem ser radicalmente opostos. Os neoliberais ou os ecologistas inscrevem as suas escolhas numa lógica de diferenciação, mas esta não possui, naturalmente, o mesmo sentido para uns e para os outros. Os primeiros querem apagar preferencialmente as fronteiras mercantis, enquanto os segundos pretendem o desaparecimento das fronteiras nacionais em nome de uma primazia do património natural ou humano.

No território mais especificamente centrado no político, bem como na prática partidária, a emergência deste imaginários sociais novos e complexos, em larga medida produzidos e reproduzidos pela globalização, revela ainda três problemas.

O primeiro deriva do facto das suas expressões tenderem a desenvolver-se cada vez mais do lado de fora do campo político. Os debates e as atitudes afirmam-se sem um enquadramento

dessa natureza, talvez porque “o político” tem vindo a deixar de ser percebido ou interpretado, à maneira dos gregos, como o lugar no qual se regulam “os assuntos da cidade”, sendo antes olhado, de forma bem mais restritiva, como um jogo partilhado, como espaço para a acção no meio de outros espaços para a acção. O político não se ocupa mais “da cidade”, mas “de uma cidade no meio de outras”, tendo perdido o controlo total que outrora exercia sobre os seus mapas e os seus projectos. Afirma-se neste caso um afastamento entre o novo imaginário social e o velho campo político, prevalecendo o primeiro sobre o segundo. Em ambas as situações, o lugar do político tem vindo a perder força, ao mesmo tempo que se afirma o papel dos técnicos e funcionários que se dedicam a gerir a construção de um novo imaginário social. Esta perspectiva manifesta-se de um modo particularmente visível nos Estados Unidos, onde a política institucionalizada vive e sobrevive assente num princípio crescente de não-ingerência na maior parte dos assuntos da cidade.

Anthony Giddens vê aliás, no direito a ignorar o político, não só uma aquisição da democracia liberal mas uma forma de evolução inerente ao desenvolvimento das sociedades, nas quais as novas relações tendem a tornar-se inacessíveis à sua arbitragem (Giddens, 1994). A *life politics* superaria agora a *political life*. Ao mesmo tempo, a própria política não será mais um “projecto”, o vislumbre de uma utopia que funciona como meta histórica ou como um estímulo para a mudança, mas sim um mero exercício da gestão controlada dos riscos (Beck, 1992).

O segundo problema deriva do facto de o conflito de imaginários parecer, como se viu, cada vez menos redutível às tradicionais clivagens políticas. A linha de partilha dos imaginários atravessa as ideologias. Daí o desenvolvimento, dentro de cada corrente política organizada, daquilo que se chamam as “sensibilidades”, cada vez mais expressivamente afirmadas em todas as questões que dizem respeito ao mercado e à identidade. Elas não exprimem divergências de princípios, mas sim leituras razoavelmente autónomas do imaginário. Esta tendência tenderá muito provavelmente a acentuar-se, por causa da crescente deslocação dos objectivos políticos para questões identitárias no seu sentido mais alargado, e à medida que a aceitação das regras do mercado por parte da generalidade da esquerda se for afirmando.

Actualmente, esta integra grandes correntes que vivem profundamente divididas precisamente pelas questões da identidade e do mercado: uma esquerda conservadora “nacionalista” no plano económico e ao mesmo tempo assimilacionista no domínio identitário; uma esquerda social-democrata que reagrupa sensibilidades muito diversas e que alia um reformismo social anti-conservador a um conformismo tipicamente liberal; e uma esquerda maximalista, muito distante do poder, que é ao mesmo tempo profundamente anticapitalista e empenhadamente europeia, ou mesmo “mundialista”, tanto no campo dos costumes como no da identidade. Para esta, a globalização não é mais do que, como Lenine teria sido capaz de subscrever, “o estádio supremo” do desenvolvimento do capitalismo na sua fase terminal, ou então “a ideologia do

neoliberalismo” (Goonewardena, 2003).

Finalmente, o terceiro problema refere-se ao facto de não existir actualmente uma definição clara daquilo que pode ser, ou que é, uma política de esquerda, justamente como resultado do ruído produzido pela construção em curso dos novos imaginários. É verdade que resta ainda, como sua marca definidora, essa “paixão pela igualdade” à qual se referia Norberto Bobbio (Bobbio, 1995). Mas nem sequer este princípio parece poder furtar-se ao debate, na medida em que o desenvolvimento do pluralismo e da ideia de diversidade nas sociedades complexas parece colocar em causa o próprio princípio de uma igualdade abstracta. A monstruosidade das utopias concretas, pretensamente igualitaristas, nas quais acreditou profundamente e que hoje olha com crescente horror e algum sentimento de culpa, mantém-se presente, como um espectro que obriga à demanda de outras referências e de novos objectivos.

A gestão colectiva das expectativas integra hoje, à escala mundial, um imaginário que comporta mais clones de David Beckham ou do falecido Kurt Cobain do que do velho V. I. Lenine. E muitas das *t-shirts* com o rosto do Che estampado são vestidas em função de um *look* rebelde sem mácula de ideologia. O grande desafio, para quem busca o caminho para um universo diferente, eventualmente melhor, não se encontra no menosprezo da interferência dos ícones despolitizados na imparável construção do imaginário global, mas antes na introdução, dentro da própria essência deste, de códigos e práticas capazes de integrarem, para além da predisposição solidária, a atitude crítica e criadora. A capacidade de pensar o mundo inteiro, no diferente e no semelhante, com a convicta interferência desse olhar pessoal que é capaz de “contemplar todas as coisas como se elas se apresentassem sob uma perspectiva redentora” (Adorno, 1974). Este será um novo princípio.

Referências

- Adorno, Theodor (1974), *Minima Moralia: Reflections from Damaged Life*. London: NLB.
- Anderson, Digby; e Mullen, Peter (1998), *Faking It. The Sentimentalisation of Modern Society*. London: Social Affairs Unit.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage.
- Benjamin, Walter (1969), “The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction”, *Illuminations*. New York: Schocken Books.
- Benjamin, Walter (1991), *Écrits Français*. Paris: Gallimard.
- Bobbio, Norberto (1995), *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. Lisboa: Presença.
- Boia, Lucien (1998), *Pour une histoire de l'imaginaire*. Paris: Les Belles Lettes.
- Chase, Leonidas (1999), “Green Stormtroopers in the Streets of Berlin?”, *ZNet* (www.zmag.org/Zmag/articles/oct1999chase.htm)
- Giddens, Anthony (1994), *Beyond Left and Right. The future of radical politics*. Oxford: Polity.

Goonewardena, Kanishka (2003), "What You Always Knew About Globalization but Were Afraid to Tell: Five Basic Lessons", *Planners Network* (www.plannersnetwork.org/htm/pub/archives/142/kanishka.html)

Held, David (1995), *Democracy and the global order. From the modern state to the cosmopolitan governance*. Cambridge: Polity Press.

Lacroix, Michel (1996), *L'Idéologie du New Age*. Paris: Flammarion.

Mayorga, Juan (2002), "Cultura global e barbárie local". *Zonanon* (zonanon.org/ideias/jm_rb021211.htm).

Turner, Victor (1995), *The Ritual Process: Structure and Anti-structure*. New York: De Gruyter.